

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSA DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24 335

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Marco Antônio Pontes Aires
Isabel Christine Silva De Gregori

DOI 10.22533/at.ed.28019090724

CAPÍTULO 25 349

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura
Erivalda Maria Ferreira Lopes
Francisca Adelanina Paulino da Silva
Lisley Medeiros Garcia
Rosa Camila Gomes Paiva
Sandra Fernandes Pereira de Melo

DOI 10.22533/at.ed.28019090725

CAPÍTULO 26 353

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Alessandra Knoll
Luiz Henrique Urquhart Cademartori

DOI 10.22533/at.ed.28019090726

CAPÍTULO 27 365

A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO

Bianca Larissa Soares de Jesus Roso
Priscila Cardoso Werner

DOI 10.22533/at.ed.28019090727

CAPÍTULO 28 380

UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli
Rafaela Bogado Melchioris
Gabriel Dewes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.28019090728

CAPÍTULO 29 392

A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010

Alex Sandro Teixeira da Cruz
André Garcia Alves Cunha

DOI 10.22533/at.ed.28019090729

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)

Talismara Guilherme Molina

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
– Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
e Análise de Políticas Públicas – Franca – São
Paulo.

Hélio Alexandre da Silva

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
– Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
e Análise de Políticas Públicas – Franca – São
Paulo.

RESUMO: O presente trabalho é fruto de um artigo apresentado no III Seminário do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPS) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca- São Paulo no ano de 2016 e tem por escopo analisar os impactos sócios econômicos do Programa Bolsa Família enquanto transferência de renda, garantido pela política pública de Assistência Social no combate à pobreza e à desigualdade social e avaliar sua efetividade enquanto ferramenta de gestão para os gestores do programa fornecendo informações e subsídios para o aprimoramento das ações intersetoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social. Pobreza. Desenvolvimento Socioeconômico. Sistema Único de Assistência Social. Programa Bolsa Família.

SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT AND THE IMPACTS OF THE “BOLSA FAMÍLIA” PROGRAM (2016)

ABSTRACT: The present essay is derived from an article presented at the III Seminar from the Nucleus of Public Policies Studies (NEPPS) of the Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Faculty of Human and Social Sciences – Franca – São Paulo in 2016 and seeks to analyze the social and economic impact of the ‘Bolsa Família’ program as a transfer of income, guaranteed by the public policy of Social Assistance in the fight against poverty and social inequality. It also aims to evaluate it’s efficiency as a management tool for the managers of the referred program providing information for the enhancement of the intersectorial actions.

KEYWORDS: Social Inequality. Poverty. Socioeconomic development. Social Assistance Unified System. “Bolsa Família” Program.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de um artigo apresentado no III Seminário do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPS) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca- São Paulo no ano de 2016 e tem por

objetivos: analisar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) em seus aspectos socioeconômicos, conhecer o perfil das famílias beneficiárias, avaliar as três dimensões do programa e a articulação com o Sistema Único de Assistência Social, bem como avaliar sua efetividade enquanto ferramenta de gestão para os gestores do programa fornecendo informações e subsídios para o aprimoramento das ações intersetoriais.

A escolha pelo tema se justifica, pois, a desigualdade social e a pobreza são fenômenos mundiais multifacetados e a erradicação ou diminuição de tais fenômenos tem assumido centralidade na formulação e implementação de políticas públicas eficazes que impactam na melhoria da qualidade de vida da população.

É necessário enfatizar que crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico possuem conceitos diferentes. O primeiro se refere à geração e ao acúmulo de riqueza de uma nação. Já o segundo se refere à distribuição da riqueza entre a população, proporcionando a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

O caminho adotado pelo governo brasileiro para a redução da desigualdade social e efetivação de uma política de transferência de renda aliado à política pública de Assistência Social, foi a implantação do Programa Bolsa Família. Tal programa interpreta a pobreza como fenômeno multidimensional. Por isso seu enfrentamento deve unir a transferência de renda ao acesso a outros direitos sociais básicos e a outras iniciativas que ampliem a capacidades das famílias.

A metodologia adotada constou de uma pesquisa bibliográfica que trata respectivamente sobre o conceito de desigualdade social e pobreza, a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico social e a atribuição do Estado perante o enfrentamento de tais fenômenos por meio da política de Assistência Social e a articulação com Programa Bolsa Família e, por último, uma pesquisa de campo com 25 famílias beneficiárias do município de Franca por meio de entrevista semiestruturada cuja apresentação e análise dos resultados se deram por meio do método dialético.

Adotando o conceito de pobreza multidimensional foi possível através da pesquisa apreender que o benefício tem repercussões materiais enquanto complementariedade de renda para alguns e como única fonte de renda para outros. Mesmo reconhecendo alguns impactos além do incremento de renda como autoestima, autonomia doméstica, outros aspectos como mobilidade, profissionalização são nitidamente apontados como insuficientes e frágeis, requerendo ações intersetoriais planejadas para atender ao perfil apresentado.

Diante do exposto, conclui-se que o PBF possui três grandes desafios que são: acesso das famílias às três dimensões do programa em sua integralidade, associar a transferência de renda aos serviços socioassistenciais e fortalecer as ações intersetoriais do programa, por meio da integração das ações e serviços que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias.

2 | DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

A desigualdade social é um fenômeno mundial caracterizado pela diferença entre pessoas dentro de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros. O fenômeno é desencadeado principalmente pela má distribuição de renda em uma população, onde a maioria dos recursos se concentra nas mãos de uma minoria da sociedade.

Complementando o raciocínio acima, Barros, Henrique e Mendonça (2000, p.123) no trabalho que retrata a realidade da pobreza e da desigualdade levantam a hipótese:

(...) de que em primeiro lugar o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em segundo lugar, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Silva (2011) entende a desigualdade enquanto um processo histórico fundado no desenvolvimento da sociedade capitalista e sendo asseverada a cada modelo de acumulação. A autora acrescenta ainda que os estudos a respeito da pobreza apontam dois núcleos de abrangência, o primeiro que vincula a pobreza à ausência de renda (unidimensional) e o segundo que considera a pobreza a partir do não acesso a bens e serviços, voltado para as necessidades básicas (multidimensional).

Diante do exposto compreende-se que ao analisar a desigualdade social e a pobreza é importante caracterizá-los não somente pelo caráter de ausência de renda, mas sim como fenômenos multidimensionais.

Tanto a desigualdade, quanto a pobreza e suas consequências, fazem com que o Brasil ocupe no ranking internacional a 75ª posição no quesito Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-2015) segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Tal definição resulta na diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento sócio econômico. O primeiro está direcionado para o crescimento com base na produção de riquezas e avanços das forças produtivas, já o segundo está relacionado à satisfação das necessidades humanas.

Furtado (2000, p.21) difere crescimento e desenvolvimento da seguinte forma:

O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso de técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Para Godinho (2011) o enfrentamento da pobreza e da desigualdade se inicia com políticas de proteção social integrada às políticas econômicas que assegurem as condições mínimas para o desenvolvimento.

Portanto a política econômica tem que caminhar junto com a política social para que o país tenha um desenvolvimento sócio econômico que seja capaz de forma sustentável trazer benefícios e melhores condições de vida para a população.

3 | A ATRIBUIÇÃO DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE SOCIAL E A POBREZA

O combate à pobreza e a desigualdade social consiste em um dos grandes desafios mundiais na atual conjuntura. As questões a elas relacionadas tem assumido centralidade na formulação e implementação de políticas sociais para erradicá-las ou diminuí-las.

As políticas sociais são definidas como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado tendo por foco a garantia de direitos e condições dignas de vida a todos os cidadãos, de forma justa e igualitária. Conforme aponta Ribeiro (2007) a política social deve ser compreendida como um conjunto de programas e ações do Estado que tem como objetivo o atendimento de necessidades e direitos sociais fundamentais que afetam as condições básicas de vida da população.

Nesta perspectiva, o caminho adotado pelo governo brasileiro para a redução da desigualdade social e efetivação de uma política de transferência de renda aliado à política pública de Assistência Social, foi à implantação do Programa Bolsa Família.

A Constituição Federal de 1988 inseriu a Assistência Social no rol de política pública de seguridade social juntamente com a previdência e a saúde. No entanto, as três políticas possuem formas e critérios de acessos diferentes.

Assim, podemos considerar que a Assistência Social consiste em um modelo de Proteção Social Não Contributiva, ou seja, é um conjunto de estratégias públicas que viabiliza o cumprimento de direitos sociais constantes da Constituição de 1988, que assegura o livre acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento direto.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) instituído pela Política Nacional da Assistência Social - PNAS de 2004, regulamentado pela Norma Operacional Básica do SUAS NOB/SUAS de 2005, dá materialidade aos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 alterada pela Lei nº 12.345 de 2011. O SUAS estabelece uma organização das ações da política de assistência social de acordo com os níveis de proteção social básica, especial de média e alta complexidade, constituindo um modelo de gestão descentralizado e participativo, que visa promover e ampliar o acesso e cobertura do atendimento às demandas das necessidades sociais.

O processo de construção da Política de Assistência Social vem adquirindo concretamente seu caráter de proteção social expressada através de seguranças indispensáveis ao desenvolvimento pleno dos cidadãos, com a garantia de direitos

e com o envolvimento efetivo de todas as esferas de governo, tendo por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania.

De acordo com a PNAS (2004), a Proteção Social deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência ou de rendimentos e autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida.

Para Colin e Pereira (2013, p.108), tais seguranças possuem as seguintes características:

1. Segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia: visa afiançar condições dignas de sobrevivência em determinadas circunstâncias, por meio do acesso ao BPC, benefícios eventuais, transferência de renda do PBF e a outras oportunidades;
2. Segurança de convívio ou vivência familiar: pautada na centralidade da família e no reconhecimento do papel do Estado em apoiá-la. Contempla a perspectiva de que vínculos familiares e comunitários são fundamentais para assegurar condições protegidas de desenvolvimento humano e das relações familiares;
3. Segurança de acolhida: voltada à proteção em situações excepcionais, nas quais seja necessário prover acolhimento provisório em serviços de acolhimento.

Dentro da segurança de renda enquanto garantia do Sistema Único de Assistência Social se insere o Programa Bolsa Família. Destarte que o acesso de indivíduos e famílias a benefícios socioassistenciais e à transferência de renda deve ser associada à oferta de serviços socioassistenciais no SUAS. Tal afirmativa é comprovada em Colin, Pereira e Gonelli (2013, p.50), que afirmam que:

(...) a adoção das seguranças socioassistenciais como diretriz para a organização de suas ofertas, a política de Assistência Social busca integrar a garantia de acesso à renda, para sobrevivência a riscos circunstanciais, com o trabalho social voltado ao atendimento às vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais, visando à melhoria das condições de vida das famílias atendidas. Ao longo da última década, a implantação e evolução do SUAS e do PBF têm contribuído para a construção desta integração na atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social.

Desta forma a política de Assistência Social tem contribuído para a consolidação de um modelo de proteção social pautada na ótica do direito e também na pobreza enquanto fenômeno multidimensional e busca a integração do acesso à renda com atenção às vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais.

Nesse contexto, a garantia da transferência de renda mensal, articulada com a inclusão das famílias em atividades de acompanhamento familiar no âmbito do SUAS e serviços de outras políticas setoriais, deve ser concebida como estratégia de superação das vulnerabilidades sociais e tal associação proporciona o efetivo desenvolvimento sócio econômico das famílias beneficiárias.

4 | PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 2004 foi instituído o Programa Bolsa Família (PBF) por meio da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que se constituiu na unificação de programas sociais em um único programa social, com cadastro e administração centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, que introduziu as condicionalidades de educação e saúde como compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta às famílias com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. De acordo com o Decreto nº 8.794 de 29/06/2016 o PBF atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 e R\$ 85,00 respectivamente.

Ele possui três dimensões: a transferência direta de renda, as condicionalidades e as ações complementares.

A transferência direta de renda às famílias tem por objetivo o alívio imediato da pobreza. Isto se faz fundamental, pois auxilia rapidamente as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e pobreza. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2008):

(...) esta dimensão, embora seja o componente mais visível, não deve ser concebido como um fim em si mesmo. Ela deve ser uma estratégia que se articula a um conjunto de políticas que permitam o enfrentamento consequente da pobreza e da desigualdade assegurando níveis mínimos de subsistência a todas as famílias pobres e extremamente pobres. (BRASIL, 2008, p.57)

Para elegibilidade as famílias devem estar cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e se enquadrar em uma faixa de renda per capita.

De acordo com o Decreto nº 8.794 de 29/06/2016 há quatro tipos de benefícios: o básico concedido no valor de R\$ 85,00 às famílias em situação de extrema pobreza. Os benefícios variáveis no valor de R\$ 39,00 às famílias em situação de pobreza que tenham na composição familiar crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e nutrizes até o limite máximo de 5 benefícios. O benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 46,00, concedidos às famílias que tenham adolescentes de 16 a 17 anos, até o limite máximo de 2 benefícios. O benefício de superação de extrema pobreza deve ser analisado caso a caso e será concedido às famílias que mesmo recebendo os benefícios acima mencionados ainda não superaram a situação de extrema pobreza.

As condicionalidades é a segunda dimensão do Programa Bolsa Família e deve ser entendida como um compromisso assumido não só pelas famílias, mas também pelo poder público, responsável pela oferta de tais serviços, para garantia de acesso aos direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Tais direitos estão

definidos na Constituição Federal como direitos universais.

Para Cotta e Paiva (2010, p.60), as condicionalidades se constituem em:

(...) um sistema de indução que busca afetar o comportamento dos membros adultos das famílias vulneráveis, por meio da associação de um prêmio financeiro a decisões consideradas socialmente ótimas, como o investimento na saúde e educação das próximas gerações. Nesse sentido, elas estabelecem um elo causal entre as transferências no presente e a emancipação futura das crianças e jovens das famílias atendidas, via melhoria do seu nível educacional.

Nesta mesma perspectiva Currelo et al (2010), afirma que as condicionalidades são utilizadas para induzir comportamentos que contribuem para a promoção social das famílias. Por meio do aumento da escolarização e do cumprimento de agendas de saúde, é possível promover o aumento do capital humano das populações mais pobres, o que possibilitariam novas perspectivas de inserção socioeconômica. Assim as condicionalidades miram um objetivo de longo prazo, o qual visa à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Para a família as condicionalidades são responsabilidades relacionadas ao cumprimento de ações na área de saúde, educação e de assistência social, com a finalidade de melhorar as condições de desenvolvimento da família, principalmente das crianças e dos adolescentes. A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento da saúde, à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular para crianças e adolescentes de 15 anos, para adolescentes entre 16 e 17 anos estabelece-se a frequência escolar de 75%.

As ações complementares têm como objetivo gerar oportunidades para auxiliar as famílias na superação da situação de vulnerabilidade social. Estas ações são promovidas por todas as esferas do poder público bem como por grupos organizados da sociedade civil.

São programas desenvolvidos por diferentes áreas do governo federal, pelos estados e municípios e mesmo pela sociedade que permitam o desenvolvimento de capacidades das famílias ou o atendimento de vulnerabilidades específicas. É a associação entre políticas de combate à pobreza e políticas de promoção da cidadania. (BRASIL, 2008, p. 63)

Cunha (2009) defende que as ações complementares são estratégia de intervenção articulada e integrada que permita o desenvolvimento capacidades das famílias no combate às vulnerabilidades específicas. É a associação entre políticas de combate à pobreza e políticas de promoção da cidadania.

Conclui-se então que para o PBF atingir os seus objetivos é necessária uma integração intersetorial com ações e serviços que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias para superação da pobreza e das vulnerabilidades.

5 | METODOLOGIA DE PESQUISA

Como lócus da pesquisa de campo, selecionou-se o município de Franca-SP. Para Minayo (1994), o campo de pesquisa é concebido como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, que representa uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

Os sujeitos da pesquisa que compõem a amostra foram 25 famílias selecionadas por amostragem por conveniência. Para Gil (2008) a seleção da amostragem por conveniência é aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo.

Na realização deste trabalho utilizou-se da pesquisa descritiva e explicativa onde se buscou conhecer a realidade a partir dos seguintes objetivos: analisar os impactos sócios econômicos na qualidade de vida das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família bem como conhecer o seu perfil, avaliar as três dimensões do programa e suas interligações ocorrendo ou não no cotidiano e sua articulação com o Sistema Único de Assistência Social.

5.1 Apresentação dos Perfis

5.1.1 *Sexo, faixa etária e escolaridade*

A pesquisa apontou que 96% dos entrevistados são do sexo feminino. Tal fato se justifica pois, de acordo com o Decreto nº 5209 de 17 de setembro de 2004, o titular do benefício será preferencialmente a mulher.

Quanto à faixa etária a análise dos dados permitiu identificar que dos entrevistados 20% possui entre 20 a 29 anos, 44% possuem entre 30 e 39 anos, 20% entre 40 e 49 anos, 8% entre 50 e 59 anos e 8% com 60 anos ou mais.

Quanto à escolaridade os entrevistados apresentaram os seguintes perfis: 56% possuem ensino fundamental incompleto, 20% ensino fundamental completo, 12% ensino médio completo e 4% sabem assinar o nome. Observou-se também que nenhum dos entrevistados possuem nível superior.

5.1.2 *Renda Familiar e critérios de Elegibilidade:*

Quanto aos critérios de renda para inserção no programa, analisou-se que 44% das famílias pesquisada estão na faixa de extrema pobreza, ou seja, auferem uma renda entre R\$ 0,00 e R\$ 85,00. 20% se enquadram como pobres e, portanto auferem uma renda entre R\$ 85,01 e R\$170,00 per capita, 32% auferem renda per capita de até R\$ 394,00 e se enquadram na renda de permanência do programa. Apenas 4% das famílias estão fora dos critérios para concessão dos benefícios.

Diante destes dados podemos compreender que o programa está focalizado em sua grande parte em famílias extremamente pobres e pobres, ficando um percentual

bem inferior quanto às famílias entrevistadas que estão fora dos critérios.

5.1.3 Investimento do benefício

A transferência direta de renda às famílias tem por objetivo o alívio imediato da pobreza. Isto se faz fundamental, pois auxilia rapidamente as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e pobreza e visa complementar a renda familiar para suas necessidades básicas.

A pesquisa demonstrou que as famílias têm investido os benefícios para suprir necessidades básicas. Os itens mais expressivos apontados pelas famílias foram: compra de alimentos, pagamento de despesas com água, luz, e telefone, compra de material escolar, compra de vestuário e calçados. No item “outros”, apareceram: compra de remédios, pagamento de despesas com transporte público e complementação de pagamento de baba para trabalhar.

5.2 Impactos Socioeconômicos do Pbf

O desenvolvimento socioeconômico parte do pressuposto de desenvolvimento enquanto alcance de melhores condições vida e ampliação das oportunidades e capacidades.

Os impactos do PBF mensurados, apontados pelas famílias e que merecem destaque foram de melhora da autoestima, melhorias nas condições de saúde/nutricionais, melhor qualidade de vida em relação a conforto e lazer, autonomia da mulher, acesso às políticas públicas.

5.3 Condicionais

Quanto às condicionais na área da educação, estas são cumpridas por 88% das famílias. 12% alegaram não as cumprir, pois estão fora da idade escolar. Na saúde as condicionais estão sendo cumpridas por 100% das famílias, no entanto duas famílias alegaram que enfrentam dificuldades quanto à pesagem e acompanhamento das crianças, pois a distância da residência em relação ao posto de saúde é grande e tem dificultado o acesso.

5.4 Ações Complementares

Partindo do pressuposto que as ações complementares abrangem vários programas de outros ministérios e secretarias, a pesquisa em questão analisou os aspectos referentes à inserção em cursos profissionalizantes e oficinas de geração de renda. Sendo assim a pesquisa revelou que apenas 24% das famílias beneficiárias foram inseridas em cursos profissionalizantes ou encaminhadas para oficina de geração de renda, 76% dos entrevistados relataram não participar de nenhuma ação complementar.

5.5 Articulações Entre Pbf e o Suas

A segurança de renda e a segurança do convívio familiar e comunitário elencados na Política Nacional de Assistência Social (2004) devem estar associadas para o efetivo desenvolvimento sócio econômico das famílias.

Apesquisa revelou que 60% das famílias estão sendo acompanhadas nos serviços socioassistenciais no CRAS. Para estes, a transferência de renda está associada aos serviços e tem contribuído para a efetividade do desenvolvimento sócio econômico das famílias. No entanto, os outros 40% há uma lacuna entre transferência de renda e a participação nos serviços que precisa ser sanada para que de fato contribua para a emancipação e autonomia destas famílias.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social e a pobreza são problemas históricos no Brasil e para romper com estes fenômenos é necessária a adoção de políticas públicas efetivas que tenham significado para a qualidade de vida das famílias, não somente no aspecto econômico, mas principalmente na questão do desenvolvimento socioeconômico.

A pesquisa revelou três tipos de perfis no programa bolsa família baseado no critério renda per capita: famílias extremamente pobres, famílias em situação de pobreza e famílias que se enquadram na regra de permanência do programa. Também permitiu identificar que a maioria dos responsáveis pelas unidades familiares beneficiárias encontra-se no intervalo da faixa etária de 20 a 39 anos, evidenciando a concentração nas faixas mais jovens dos beneficiários do PBF. Quanto à escolaridade, 56% dos entrevistados não conseguiram sequer concluir o ensino fundamental. Observou-se também que nenhum dos entrevistados possuem nível superior.

Quanto à transferência de renda podemos afirmar que a pesquisa revelou que o programa cumpriu com seu objetivo no que tange ao alívio imediato da pobreza, pois o aumento da renda destas famílias proporcionou uma melhora na qualidade de vida em relação à satisfação de suas necessidades básica, como alimentação, vestuário e calçados, pagamento de energia elétrica, de água e telefone.

Quanto às condicionalidades ficou evidente que para os descendentes e dependentes destas famílias a frequência escolar e os acompanhamentos na área da saúde representará uma aquisição significativa para rompimento do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza.

Quanto às ações complementares, os dados revelaram que a maioria das famílias desconhecem as ações complementares. Sendo assim, a falta de informação e acessibilidade à 3ª dimensão, torna o programa deficitário na medida em que a família perde a oportunidade de se qualificar para o mercado de trabalho.

No que se refere à articulação do PBF em relação ao Sistema Único de Assistência Social, existe a dificuldade em fazer com que a transferência de renda esteja associada

aos serviços socioassistenciais para o efetivo desenvolvimento socioeconômico das famílias. Para superação de tal dificuldade será necessário intensificar as ações dos CRAS quanto ao acompanhamento das famílias beneficiárias.

Diante do exposto, conclui-se que o PBF possui três grandes desafios que são: acesso das famílias às três dimensões do programa em sua integralidade, associar a transferência de renda aos serviços socioassistenciais e, por fim, fortalecer as ações intersetoriais por meio da integração das ações e serviços que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias. Tal cenário exigirá não só investimento em políticas públicas de combate à pobreza e políticas de promoção da cidadania, mas também o redirecionamento de ações com foco nos objetivos assumidos entre os entes federados e as áreas da saúde, educação e assistência social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Volume 15, nº 44, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>. Acesso em 20 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita Suas, v. 1 (2008), SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1. ed. Brasília: MDS, 2008.

COLIN, Denise Ratmann Arruda. et al. **Trajetória de Construção da Gestão Integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro único e do Programa Bolsa Família para a Consolidação do Modelo Brasileiro de Proteção Social**. In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: IPEA, 2013. p. 45-63.

COTTA, Tereza Cristina. PAIVA, Luís Henrique. **O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil**. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2 v. p. 57-99.

CUNHA, Rosani. **Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família**. In: Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 331-361.

CURRALERO, C. B.; et al. **As condicionalidades do Programa Bolsa Família**. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2 v. p. 151-178.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Isabel Cavalcante. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, 2013**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li>>. Acesso em 10 set. 2015.

RIBEIRO, Monica Matos. **Assistencialismo nas Políticas Sociais do Brasil nos anos 90**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração. Salvador, 2007.

SILVA, Leni Maria Pereira. **Um Estudo das Estratégias de Sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

